



O separatismo catalão, um estado e outras nações

The Catalan separatism, one state and other nations

DOI: [10.5752/P.1809-6182.2017v14.n2.p101](https://doi.org/10.5752/P.1809-6182.2017v14.n2.p101)

Léa G. Souki¹

Recebido em: 1º de dezembro de 2017

Aprovado em: 5 de dezembro de 2017

Resumo

O artigo trata do confronto político entre o nacionalismo catalão, “independentista”, e o nacionalismo espanhol, “unionista”, considerando a formação do Estado-nação europeu como fenômeno continuado, iniciado no século XIX. Discute-se as razões pelas quais a nação catalã chega ao século XXI sem ver resolvida satisfatoriamente sua inserção na Espanha.

Palavras-chave: Nacionalismo- Catalunha- Estado-nação

Abstract

The article deals with the political confrontation between the Catalanian nationalism - “independentista” - and the Spanish nationalism - “unionista” - considering the European Nation-building as a continuous phenomenon beginning in the nineteenth century. It discusses the reasons why the Catalanian nation reaches the XXI century without having satisfactorily resolved its insertion in Spain.

Keywords: Nationalism- Catalonia- Nation-building

1. Professora do departamento de Relações Internacionais da PUC Minas. Doutora pela UnB. Pós-doutorado pela Universitat Autònoma de Barcelona. ORCID: A INserir

Introdução

O mapa dos Estados-nações europeus atual é recente, se considerarmos que vem sofrendo alterações nos últimos duzentos anos e ainda segue se configurando. A tese de mais alcance se relaciona à originalidade do ocidente desenvolvida por Max Weber, processo de racionalização no bojo do qual vêm se formando os Estados-nações europeus na esteira das guerras religiosas entre católicos e protestantes e através dos casamentos reais. A formação dos Estados europeus se desenvolve e consolida num processo contínuo de subtração da autonomia de outras instâncias. Em “A Política como vocação”, a conhecida conferência feita de Weber em 1918, ele desenvolve o argumento de que a ação do príncipe cria o que vem a ser o Estado moderno:

[...] abre caminho para a expropriação dos portadores autônomos e “privados” do poder executivo que estão ao seu lado, daqueles que possuem meios de administração próprios, meios de guerra e administração financeira, assim como os meios politicamente usáveis de todos os tipos (WEBER, 1982, p. 102).

Trata-se, pois, de impedir que qualquer poder autônomo seja capaz de subtrair lealdade ao Estado em formação. As identidades territoriais e simbólicas criadas e alimentadas darão a segurança da obediência ao Estado, a busca da legitimidade. Para que ocorra o acoplamento do Estado – a autoridade – e da nação – a solidariedade –, é necessário algum tipo de paz, algum arranjo. É uma negociação que pode ser mais ou menos legítima, e que é negociada em cada circunstância e especificidade histórica. Quem detém o poder terá que dar alguma satisfação àqueles que irão consentir com sua autoridade, como demonstra a tese de Tilly (1996). O processo original se dá no acoplamento da autoridade do Estado com a solidariedade da sociedade, a autoridade que terá que ser reconhecida em um determinado espaço, cujo

tamanho só se torna importante se determina a capacidade ou incapacidade de ter um exército próprio, ainda de acordo com a tese de Tilly (1996). Segundo esta, os Estados europeus se formaram na conjunção dos fatores: capacidade de mobilização de capital, concentração de coerção e a posição do Estado dentro do sistema internacional.

O acoplamento do Estado e da nação, portanto, é um arranjo que envolve o consentimento da nação. De qual instância seria o primado, do Estado ou da sociedade? A literatura sugere que o Estado cria a nação. No caso da Espanha, e da Catalunha especificamente, esta tese é sustentada por grande parte dos historiadores da escola do hispanista Pierre Vilar (1990). Esse processo não é natural, alguns teóricos (TORTELLA, 2014; FONTANA, 2017; TILLY, 1996) sustentam a tese de que é o Estado que cria a nação através da escolha de experiências e símbolos que deverão ser celebrados como seus. Essa escolha pode ser refeita ao longo dos diversos períodos de acordo com as necessidades da definição ou consolidação de sua identidade.

A expansão da autoridade do Estado em todo o território não poderia garantir por si só a coesão interna, seria necessário que ela fosse aderida à malha de ligações que une as pessoas e os grupos e que formam o tecido social que comparte um passado e um futuro. Daí que a interpretação do passado pode ser refeita de acordo com o momento histórico pelo qual passa a nação.

A nação é criada pelo Estado, a única força política capaz de escolher e interpretar o que é o sentimento compartilhado e a identidade do que é nacional. Portanto a assunção que aqui se faz é de que a nação compartilhada é um produto do Estado e não o contrário. De nenhuma maneira são processos naturais, são obras pensadas de artistas, escritores, juristas e iniciativas dos próprios governos fortalecendo uns símbolos e se desfazendo de outros.

O Estado Central e a Catalunha

No caso da Espanha e dos seus “nacionalismos minoritários” – onde se encontra a Catalunha –, não se pode falar de Estado espanhol antes do século XIX, ainda que, já na Idade Média, na Catalunha possam ser encontradas instituições autônomas, como a *Diputació* e o *Consell de Cents*, que procuravam cercear a ingerência do Estado central – muito anterior, portanto, ao século XIX. Retomando alguns séculos antes, no início da idade moderna, os *païses catalanes*, formados por Aragão, Catalunha, Valencia, Ilhas Baleares, Sardenha e as duas Sicílias, já tinham uma forma de Estado ainda não conhecida no espectro dos países europeus da época. Ao referir-se à disparidade entre os reinos de Castela e Aragão, Perry Anderson introduz outro elemento:

(...) no reino de Aragão encontrava-se, talvez, a estrutura mais sofisticada e bem entrincheirada de toda a Europa. As três províncias da Catalunha, de Valência e Aragão tinham, cada uma, as suas próprias Cortes. Além disso, cada uma delas possuía instituições repressivas de controle judicial e administração econômica permanentes, que dependiam das Cortes. A *Diputació* catalã – um comitê regular das Cortes – era o seu exemplar mais efetivo. (ANDERSON, 1998, p. 63).

No século XVIII, precisamente em 11 de setembro de 1714, em guerra contra a Catalunha o rei bourbon Felipe V cerca e invade Barcelona. Além da repressão continuada e intensa a que submeteu a cidade, entre outras proibições impostas aos derrotados extinguiu o idioma catalão, mais tarde restabelecido.² O significado da invasão parece ir ganhando uma versão mais heroica, capaz de aglutinar o sentimento de “somos catalães”.

No entanto, é apenas em meados do século XIX que a Espanha se configura como estado-nação, quando se organiza de maneira centralizada sob a autoridade de um Estado, se estabelece um sistema eleitoral e uma bandeira. Antes disso, cada um dos territórios da península tinha sua língua, suas instituições e sua moeda. O historiador valenciano Joan Mira (NINGUÉM..., 2017) vê como um anacronismo falar de Estado Espanhol antes do século XIX. A afirmação de Mariano Rajoy, presidente de governo da Espanha: “España es una nación de cinco siglos” provocou, senão risos, pelo menos a crítica de um dos historiadores vivos mais respeitados na Espanha, Josep Fontana, segundo o qual:

Esto es una barbaridad que no tiene ni pies ni cabeza y se basa en la absoluta ignorancia de quien lo dice (...) España como estado nacional data del siglo XIX. (...) la idea de nación era subversiva. Hablar de nación para un estado compuesto como el del XVII, cada territorio tenía su lengua, instituciones y moneda, no tiene cabeza ni pies”. (FONTANA, 2017)

Se de um lado a Guerra de Sucessão de 1714 foi uma humilhação e uma derrota para a Catalunha, recentemente a historiografia (TORTELLA, 2014) tem mostrado que foi a partir dela que começou a recuperação econômica da Catalunha, recuperação que a fez ressurgir com a capacidade econômica de viabilizar um projeto de industrialização no século seguinte. Dentre as medidas tomadas pelos vencedores bourbônicos, algumas foram as instituições medievais que implicavam em tributos forais obstaculizando o comércio da região, pois ao serem proibidas as barreiras alfandegárias que isolavam a Catalunha de Aragão e da Andaluzia o comércio interno se expandiu. Quando Felipe V desfaz o monopólio dos portos de Andaluzia no comércio com a América é que libera e faz crescer a atividade econômica e comercial da Catalunha. A expansão do comércio e da agricultura – esta principalmente através da vindima e do azeite –, seguida de outras

2. Curiosamente o dia da “catalanidade”, *La Diada*, é comemorado no dia da derrota, e nos últimos quatro anos tem crescido o número de participantes na celebração popular.

atividades, impulsiona o crescimento demográfico. A Catalunha começa uma verdadeira revolução demográfica, a partir de quando começa a imigração. No século seguinte a migração para a Catalunha foi ativada mais ainda pela crise econômica das regiões vizinhas, principalmente Andaluzia e Múrcia.

Quando, no século XIX, a Catalunha iniciou o desenvolvimento de uma estrutura industrial o fez apesar do mal-estar que essa escolha produziu no Estado Central, que não tinha interesse em se industrializar. Ao contrário, repudiava a industrialização como responsável por criar conflitos e dividir a sociedade. Não seria exagero afirmar que a vigorosa industrialização catalã se deu “apesar de Madrid”. Por outro lado, a ideia de um estado distante fez configurar certas particularidades no arranjo e na confrontação entre as classes sociais. Se de um lado os grandes industriais se ressentiam de um Estado distante, na medida em que o Estado Central entendia a questão social como uma questão de ordem pública, os trabalhadores se ressentiam do Estado havê-los abandonado.

A industrialização da Catalunha foi vigorosa, especialmente no setor têxtil, a ponto de ser comparada aos padrões da Europa do Norte. Mais do que a língua, “foi um modelo de desenvolvimento econômico e de organização social” o fator decisivo na expansão da ideologia regionalista. Segundo o cronista Oriol Pi y Cabanyes (2017), é do historiador catalão Marfany a afirmação de que “A língua foi o motivo do generalizado sentimento de hostilidade dos outros espanhóis para com os catalães”. Hoje, 70% dos eleitores catalães vêm de fora da Catalunha que sempre, desde o início da industrialização, tem sido a região da Espanha que mais recebe imigrantes. Entre os partidos que propugnam a independência existem líderes não-catalães ou de país não catalães. O componente étnico é nulo, a autoimagem da nação é de gente trabalhadora, poupadora e que sabe gozar a vida.

Pode-se falar de anti-catalanismo no caso da Espanha? A incapacidade de o Estado espanhol construir uma unidade nacional, como os vizinhos europeus, fez com que, após a Guerra Civil, dentro da direita e da esquerda crescesse o anti-catalanismo, que atribuía à Catalunha o atraso da Espanha e a derrota na Guerra Civil. Posteriormente, elementos do Partido Socialista Obrero Espanhol/PSOE costumam atribuir a crise econômica atual também à Catalunha. Seja o que for, esse sentimento vem aumentando com a crise econômica a partir de 2008. O Partido Popular/PP, no poder, postergou a questão do regionalismo catalão e fez vista grossa ao crescimento do nacionalismo. O Estatuto da Catalunha, de 2006, depois de ter sido aprovado no parlamento catalão, alterado no parlamento espanhol e referendado pelos eleitores catalães, foi vetado em 2010 pelo Tribunal Constitucional espanhol.

Após a ditadura

Na tipologia das transições à democracia, a transição espanhola é conhecida como uma transição pactuada, o que não quer dizer que tenha sido calma e fácil. Após os quase quarenta anos de duração da ditadura franquista, a transição à democracia foi pactuada sob um clima de incerteza e medo da repetição da “guerra de todos contra todos”. Foi um pacto celebrado entre as forças da sociedade organizadas sob a ditadura e parte das elites motivadas pelo desejo de se tornarem europeus. Todos, ou quase todos, formalizaram um pacto estabelecendo, em 1978, uma Constituição onde a questão da nação, território e unidade se consagrou no “Estatuto de las Autonomías”.

No caso da Catalunha, o pacto foi negociado dentro das circunstâncias de incerteza que intimidou setores progressistas e o próprio nacionalismo catalão. O ator político com mais força nas ruas e

nas fábricas foi o Partido Socialista Unificado de Catalunha/PSUC, versão catalã do Partido Comunista Espanhol/PCE. A solução constitucional encontrada, embora contemple as Autonomías, não foi capaz de dar uma resposta duradoura às questões cruciais dos chamados “nacionalismos minoritários” a ponto de suavizar as feridas cívicas, principalmente da Catalunha e do País Basco. Para a Catalunha, a esse aspecto se adiciona o fato da restauração monárquica não ter sido submetida à Referendum, lembrando que a Guerra Civil havia sido travada pela bandeira da república. A negociação da monarquia contou com a adesão e apoio do Partido Comunista Espanhol, naqueles anos a força mais poderosa da oposição à ditadura, cabendo ao PSOE no início da transição, uma posição secundária.

A “transição pactuada” celebrada na Espanha só foi possível pela suposta equivalência das forças em pugna. Diante de uma crise econômica grave, os trabalhadores, através das Comisiones Obreras/CCOO e da Unión General de Trabajadores/UGT, negociaram o desmonte dos sindicatos verticais do franquismo e em contrapartida se dispuseram a cessar as greves durante dois anos. Por outro lado, o PCE, entendendo que teria nas urnas a mesma força que tinha nas ruas e nas fábricas, negociou sua legalização aceitando, como contrapartida, a monarquia como instituição facilitadora da democratização. Destes acordos, motivados de um lado pelo desejo de ser europeu e de outro pelo “medo da guerra de todos contra todos”, foram resolvidos os problemas iniciais da democratização e mantido parte do aparato franquista, especialmente no que se refere ao aparelho repressivo e à memória da guerra.³

3. Só a partir do governo Zapatero, e após o desaparecimento físico das gerações que lutam na guerra, é que a “lei da memória histórica” passou a ser efetivada.

O Referendum Catalão e a internacionalização do conflito

Se o Referendum Catalão celebrado em 1º de outubro de 2017 tivesse sido reconhecido legalmente pelo governo central, os nacionalistas não iriam alcançar maioria e, bem votados mas derrotados, iriam iniciar um processo de negociação, como aconteceu em Quebec e na Escócia.⁴ A proibição do Referendum e a desproporção com que a sua votação foi reprimida fez mover outras peças do jogo. A questão da soberania catalã passou a mobilizar setores não nacionalistas, republicanos e mesmo parte da sociedade civil democrática que até então via o nacionalismo como “delírio” nascido do romanticismo do século XIX. O cenário pós-referendum de 1º outubro tornou a situação muito mais complexa, após o que a adesão ao “soberanismo” tem crescido na Catalunha. Um aspecto original na Catalunha em relação aos eleitores catalães é que 70% provêm de fora da Catalunha, de outras regiões da Espanha.

Além da desproporcionalidade da repressão promovida pelo governo central, a manifestação pública do Rei Felipe VI, Comandante em Chefe das Forças Armadas, reafirmando a unidade como um princípio sobre o qual nunca haverá discussão, não guardou a distância que de um monarca se costuma esperar em uma monarquia parlamentar. Esperava-se que, mesmo condenando o separatismo, condenasse também a repressão física e chamasse ao diálogo. Assim o rei foi identificado com o presidente de governo Mariano Rajoy, um político que desfruta até agora de maioria eleitoral sustentando-se em um partido cuja corrup-

4. No Referendum de 1º de outubro a participação foi de 43%, ou seja, 2.286,217 pessoas. Destas, 2.044.038 – que correspondem a 90,18% dos votantes –, foram as que votaram pela independência.

ção já não pode ser negada.⁵ Não seria a unidade um tema tão assustador para o governo central e seus aliados a ponto de perderem a racionalidade política acionada no passado, nos momentos da difícil transição à democracia? Consentir com a independência da Catalunha significaria perder o País Basco, Ilhas Baleares, Galícia e quem sabe outros. Parece até agora impossível ao governo de Rajoy pensar um referendun consentido que abrisse condições para um diálogo com vistas a melhores condições de autonomia sem ruptura.

O caso de Mariano Rajoy, Presidente de Governo da Espanha, é intrigante na conjuntura espanhola. Venceu as duas últimas eleições e tem composto maioria no Congresso, sendo que as sondagens apontam uma terceira vitória em caso de eleição. Do ponto de vista de sua figura pública não apresenta nenhum atributo pessoal que explicasse a preferência que a maioria dos espanhóis nele tem depositado. A Espanha está em crise, desemprego, corrupção, as hipotecas, os “desahucios”⁶ e Mariano Rajoy, apesar de inexpressivo, continua contando com a maioria eleitoral. Qual é a substância do que comunica capaz de lhe garantir essa votação? A história da Espanha permite-nos pensar que a conflitividade e a memória da Guerra Civil teria criado em parte da população um medo de repetição da “guerra de todos contra todos” em versão de “medo a rupturas”.

O que pode passar em 21 de dezembro? Após a aplicação do Artigo 155⁷, o clima é de incerteza, as posições e as alianças estão se configurando e os dados das pesquisas de opinião mostram que o “catalanismo” está crescendo. Se as alianças e as redefi-

nições de posições vão revelar o controle do Estado espanhol, demonstrado sua tese de que o nacionalismo catalão é inexequível na prática, tampouco significa que o problema será resolvido. Parece ser apenas o começo de um novo cenário, caso os “independentistas” consigam maioria no Parlamento.

A aposta de Puigdemont, presidente da Generalitat, era internacionalizar o conflito, mais do que o separatismo. Sua gestão foi no sentido de conectar-se com três importantes e reconhecidos negociadores internacionais, preparando-se para a fase de negociação com o governo espanhol. Após a aplicação do artigo 155 – e diante da pressão do governo espanhol, declarando à União Europeia/UE que não aceitaria, sob nenhuma condição, sua ameaça à soberania da Espanha – os negociadores recuaram, sob pressão da própria UE. A situação ficou ainda mais irreversível depois que o Vaticano deixou claro que não apoiaria negociações, pensando na unidade da própria igreja. Contudo, mesmo sendo desmontada a estratégia de Puigdemont, o conflito passou a ter projeção internacional pela intensidade da repressão ao Referendun e pelo papel que a Catalunha tem no mundo da cultura, das artes e da economia, o que se somou à evocação da memória da Guerra Civil na mídia europeia.

Em suas declarações mais recentes, Puigdemont afirmou, em 26/11/2017, ser partidário da União Europeia e do euro, mas relativiza sua importância sobre a Catalunha:

“No paran de decir que vamos a quedar fuera de la Unión Europea, pero quien debe tomar esa decisión son los ciudadanos de Catalunya. ¿Quieren pertenecer a esta UE? ¿Y en qué condiciones? Vamos a ver qué dice el pueblo de Catalunya”. **“A lo mejor no hay mucha gente que quiera formar parte de esta UE (...)”** “tan insensible al atropello de los derechos humanos, de los derechos democráticos de una parte del territorio solo porque una derecha postfranquista tenga interés en que sea así”. (PUIGDEMONT..., 2017)

5. O caso Gurtel, investigação iniciada pela Fiscalía Anticorrupción, revelou um esquema de arrecadação de empresas que funcionava em Madrid e Valência, no qual o presidente recebia parte do dinheiro arrecadado das empresas.

6. “Desahucios” é a palavra usada para as invasões de domicílios e expulsão dos moradores, no caso de não terem pago a hipoteca.

7. O artigo 155 da Constituição prevê a suspensão do autogoverno das autonomias, no caso, da Catalunha, e pode ser usado para decretar estado de emergência em caso de descumprimento da Constituição.

A menos de um mês das eleições catalãs

Em um recorte de partidos políticos “independentistas ou soberanistas”, de um lado, e “unionistas” de outro, podemos identificar como os principais partidos da Catalunha, dentre os primeiros, a Convergência Democràtica de Catalunya/CDC, que agrega os soberanistas de direita; ao centro, a Esquerra Republicana de Catalunya, o maior deles, que em unidade formam o Junts per Sí, necessitando da coligação com a Candidatura de Unidad Popular/CUP, de extrema esquerda, para governar na Generalitat. No espectro dos partidos “unionistas” estão o Partido Socialista da Catalunya/PSC, o ramo socialista catalão, e o PP, de direita, no governo Central. Em situação de discussão e alguma ambiguidade estão “Barcelona em comum”, partido de esquerda da prefeita Ada Colau, e o Podem, o ramo catalão do Podemos. No primeiro turno o partido ou coligação precisará de maioria absoluta, 68 cadeiras; no segundo turno precisará de maioria simples, bastando ter mais votos positivos que negativos.

A proposta dos “unionistas”, os nacionalistas espanhóis, é a coligação formada pelos socialistas, Ciudadanos e PP. O mais provável é que os 16 votos que estão faltando os fará buscar em coligação. O PSC teria maior facilidade de fazer composições, desde que Rajoy cumprisse a promessa de abrir o processo da Reforma Constitucional em seis meses. Portanto a Rajoy caberia o futuro dos socialistas neste processo. A prefeita Ada Colau avisou que não se dispõe a compor com Ciudadanos.

Entretanto, as sondagens feitas em 25 de novembro, a menos de um mês das eleições catalãs convocadas por Rajoy, mostram uma situação desfavorável para o Partido Popular. O que significa que, após as eleições, caso o governo espanhol mantenha o artigo 155, o partido que governará a Catalunha será a 7ª força política no lugar. Em caso de

haver bloqueio por dificuldade de formar aliança, o PP governará de fato como consequência do Artigo 155 e a situação poderá ser prolongada. Hoje o quadro partidário e o arco de alianças tornaram-se muito mais complexos. Não é possível entendê-lo a partir do corte esquerda e direita, como parece tentador. Estas tendências atravessam todo o espectro dos nacionalismos, o espanhol e o catalão. O nacionalismo *tout court* é uma bandeira tradicionalmente direitista, *los nacionales* comandados por Franco ganharam a guerra com a ajuda da Alemanha e da Itália em 1939. Por outro lado, socialistas e comunistas são, por definição, internacionalistas. Entretanto, a CUP, partido de extrema esquerda, defende o “independentismo” e compõe no parlamento com os nacionalistas da Esquerra Republicana de Catalunya/ERC.

Quanto ao PSOE, a segunda força eleitoral na Espanha – embora na Catalunha PSC, com menos importância –, advoga a defesa do socialismo internacionalista, avesso à quebra da unidade do país, porém próximo aos nacionalistas espanhóis. Para se entender os desdobramentos do novo quadro há que se considerar a malha de municípios que apoiam a independência da Catalunha, um fenômeno mais das províncias do que da capital, Barcelona. Esses municípios, ao longo de sua história, tiveram a experiência de um Estado distante ao mesmo tempo em que cultivaram o sentimento compartilhado da autoestima catalã, fenômeno que chama a atenção do observador estrangeiro. Contudo, depois de 1º de outubro de 2017, no interior do PSC abriu-se uma dissensão preocupante para sua legenda, considerando que tendo em seus quadros prefeitos de importantes cidades do interior, encontrou resistência para suas posturas “unionistas”, se dividindo em posições até então tradicionalmente coesas. Ainda no espectro da esquerda, os Comuns: partido em crescimento ao qual pertence Ada Colau, prefeita de Barcelona, que tendo se



O nacionalismo produz símbolos através do qual cada membro de uma nação se reconhece nela. A Catalunha tem várias formas de celebrar sua autoestima. Uma delas, talvez a mais importante, é o “castellets”, castelos humanos compostos por colunas de pessoas em forma de torre desafiando a gravidade. Este é o sentimento de ser catalão.

Foto: Léa Souki. 04/09/2016

mantido ambígua por ter apoiadores nacionalistas, foi forçada a se posicionar após o 1º de outubro. Tem procurado se contrabalançar com críticas ao extremismo nacionalista catalão e ao Artigo 155, no qual se baseia a intervenção espanhola. Quanto ao Podemos, terceira força na Espanha, e na Catalunha ainda mais expressiva, não tem conseguido se equilibrar, com um discurso mais ou menos confuso a favor do “soberanismo” da Catalunha e da unidade do país, exercendo oposição à Rajoy através de diferentes brechas opositoristas. Sua versão catalã, Podem, tem se manifestado em discordância com a direção do Podemos espanhol e condenado claramente o Artigo 155. Declara-se totalmente contra qualquer composição com Ciudadanos, o novo partido de direita espanhol.

Referências

- ANDERSON, P. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- CABANYES, O. Pi. Explicar-se el catalanisme. **La Vanguardia**, Barcelona, 11 maio 2016. Disponível em: <http://www.lavanguardia.com/opinion/20160511/401710538817/explicar-se-el-catalanisme.html>. Acesso em: 15 abr. 2017.
- CABANYES, Oriol Pi. Catalanitat espanyola. **La Vanguardia**, Barcelona, 22 maio 2017. Disponível em: <http://www.lavanguardia.com/cultura/20170522/422800134664/catalanitat-espanyola.html>. Acesso em: 24 nov. 2017.
- CASTELLS, M. Fracturas. **La Vanguardia**, Barcelona, 04 nov. 2017. Disponível em: <http://www.lavanguardia.com/opi->

nion/20171104/432570812617/fracturas.html. Acesso em: 04 nov. 2017.

FONTANA, J. Si no ve otra solución, el Estado es capaz de llegar a la suspensión de la autonomía. **Sinpermiso**, [s.l.], 21 set. 2017. Disponível em: <http://www.sinpermiso.info/textos/si-no-ve-otra-solucion-el-estado-es-capaz-de-llegar-a-la-suspension-de-la-autonomia-entrevista>. Acesso em: 28 set. 2017.

NINGUÉM de fora reconhece história nacionalista catalã, diz Joan Mira. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 out. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/10/1925359-ninguem-de-fora-reconhece-historia-nacionalista-catala-diz-joan-mira.shtml>. Acesso em: 14 out. 2017.

PUIGDEMONT cree que Catalunya debería votar si quiere seguir en la EU. **La Vanguardia**, Barcelona, 26 nov. 2017. Disponível em: <http://www.lavanguardia.com/politica/20171126/433202110437/carles-puigdemont-catalunya-ue-mariano-rajoy.html>. Acesso em: 26 nov. 2017.

TILLY, C. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. São Paulo: Edusp, 1992.

TORTELLA, G. **Discurso de investidura del Doctorado honoris causa**. Alicante: Universidad de Alicante, 2014. Disponível em: <https://web.ua.es/es/oficina-rector/discursos-de-manuel-palomar-sanz/2014/investidura-como-doctor-honoris-causa-del-excmo-sr-d-gabriel-tortella.html>. Acesso em: 25 nov. 2017.

WEBER, M. A Política como Vocação. In: **Ensaio de Sociologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1982.

VILAR, P. **Historia de España**. Ed Crítica: Barcelona, 1990.